



Salvador - 2018

**LEVANTAMENTO SÓCIO-ESPACIAL:
para compreender a autoprodução do espaço**

SOCIO-SPACE STUDY: to understand the self-production of space

LEVANTAMIENTO SOCIO-ESPACIAL: para comprender la autoproducción del espacio

PRODUÇÃO DO ESPAÇO, OCUPAÇÃO, GESTÃO E CIDADANIA

ZERLOTINI DA SILVA, Viviane

Doutora em Arquitetura e Urbanismo; Mestre em Engenharia de Produção;
Professora da PUC Minas e coordenadora do Escritório de Integração

vivianezerlotini@gmail.com

ROCHA, Caroline Cristiane

Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela PUC Minas;
Extensionista do Escritório de Integração

carolinecrisrocha@gmail.com

LEVANTAMENTO SÓCIO-ESPACIAL: para compreender a autoprodução do espaço

SOCIO-SPACE STUDY: to understand the self-production of space

LEVANTAMIENTO SOCIO-ESPACIAL: para comprender la autoproducción del espacio

PRODUÇÃO DO ESPAÇO, OCUPAÇÃO, GESTÃO E CIDADANIA

RESUMO:

O objeto de estudo e ação do Escritório de Integração está no reconhecimento e na discussão de outros modos de produção do espaço urbano, que estão à margem daquelas hegemônicas no sistema capitalista. A partir de questionamentos de professores e alunos, que surgiram durante trabalhos de extensão universitária na ocupação urbana de Esperança, em Belo Horizonte, MG, em 2017, percebeu-se a necessidade de aprofundar os conhecimentos sobre os aspectos tecnológicos e sociais que influenciam diretamente a nossa atuação em campo. O que é a autoprodução do espaço? Quem faz? Como funciona? Este artigo trata sobre a metodologia adotada pelo Escritório de Integração para aprofundar o tema da autoprodução do espaço. O tema é pertinente ao campo da arquitetura e do urbanismo, pois grande parte das cidades brasileiras são construídas por iniciativas dos seus próprios moradores, que constroem não somente suas casas, mas bairros inteiros, e definem espaços públicos, provêm infraestrutura básica e formam organizações sociais. Mediante a técnica da entrevista em narrativa e o levantamento métrico da residência, o Escritório de Integração conseguiu distinguir especificidades do modo de autoprodução do espaço: a proximidade entre a produção do espaço da ocupação e da casa, a necessidade da família de migrar constantemente em busca de suprir as necessidades básicas de sobrevivência, o contexto macro (eixo de expansão urbana) e micro (quadra como unidade de organização política interna) da geopolítica da ocupação, a predominância do valor de uso sobre o valor de troca da habitação, o tempo de trabalho e os recursos investidos pelos moradores, a proximidade entre o trabalho de produção e de reprodução, a legitimidade da posse da terra pelo uso social conferido à terra (e não pela propriedade). O Escritório de Integração entende que, mediante o processo de negociação estabelecido entre alunos, professores e moradores e uma relação de confiança em constante construção, ser possível envolver os autoprodutores em discussões sobre outras possibilidades de urbanização. Por isso a proposta de uma assessoria técnica direta, onde busca-se conciliar a experiência dos moradores que autoproduziram seu espaço com outras técnicas de gestão e de urbanização do território, que privilegiam a relação direta do homem com a natureza. Para tanto, é necessário reconhecer as práticas sócio-espaciais presentes nesses territórios.

PALAVRAS-CHAVE: AUTOPRODUÇÃO, OCUPAÇÃO URBANA, LEVANTAMENTO SÓCIO-ESPACIAL

ABSTRACT:

The object of study and action of Escritório de Integração lies in the recognition and discussion of other modes of production of urban space, which are at the margin of those hegemonic in the capitalist system. Based on questions from teachers and students, which emerged during university extension work in the urban occupation of Esperança, Belo Horizonte, MG, in 2017, it was noticed the need to deepen the knowledge about the technological and social aspects that directly influence our performance in the field. What is the self-production of space? Who does? How it works? This article deals with the methodology adopted by the Escritório de Integração to deepen the theme of self-production of space. The theme is pertinent to the field of architecture and urbanism, because most of the

Brazilian cities are built by initiatives of their own residents, who build not only their homes, but entire neighborhoods, and define public spaces, provide basic infrastructure and social organizations. Through the narrative interview and the metric mapping of the residence, the Escritório de Integração was able to distinguish specificities of the mode of self-production of space: the proximity between the production of the space of occupation and the house, the need of the family to migrate constantly in search of supplying the basic necessities of survival, the macro context (axis of urban expansion) and micro (quadra as unit of internal political organization) of the geopolitics of the occupation, the predominance of the value of use over the exchange value of the dwelling, the working time and the resources invested by the residents, the proximity between the work of production and reproduction, the legitimacy of land tenure for the social use conferred on the land (and not by property). The Escritório de Integração understands that, through the negotiation process established between students, teachers and residents and a relationship of trust in constant construction, it is possible to involve self-producers in discussions about other possibilities of urbanization. Therefore the proposal of a direct technical advice, where it seeks to reconcile the experience of the residents who have self-produced their territory with other techniques of management and urbanization of the territory, that privilege the direct relationship of man with nature. Therefore, it is necessary to recognize the socio-spatial practices present in these territories.

KEYWORDS: SELF-PRODUCTION, URBAN EMPLOYMENT, SOCIAL AND SPATIAL STUDY

RESUMEN:

El objeto de estudio y acción del Escritório de Integração está en el reconocimiento y la discusión de otros modos de producción del espacio urbano, que están al margen de aquellas hegemónicas en el sistema capitalista. A partir de cuestionamientos de profesores y alumnos, que surgieron durante trabajos de extensión universitaria en la ocupación urbana de Esperanza, en Belo Horizonte, MG, en 2017, se percibió la necesidad de profundizar los conocimientos sobre los aspectos tecnológicos y sociales que influyen directamente nuestra actuación en campo. ¿Qué es la autoproducción del espacio? ¿Quién hace? ¿Cómo funciona? Este artículo trata sobre la metodología adoptada por el Escritório de Integração para profundizar el tema de la autoproducción del espacio. El tema es pertinente al campo de la arquitectura y del urbanismo, porque gran parte de las ciudades brasileñas son construidas por iniciativas de sus propios habitantes, que construyen no sólo sus casas, pero barrios enteros, y definen espacios públicos, proporcionan una infraestructura básica y forman organizaciones sociales. Mediante la técnica de la entrevista en narrativa y el levantamiento métrico de la residencia, el Escritório de Integração logró distinguir especificidades del modo de autoproducción del espacio: la proximidad entre la producción del espacio de la ocupación y de la casa, la necesidad de la familia de migrar constantemente en busca de suplir las necesidades básicas de supervivencia, el contexto macro (eje de expansión urbana) y micro (cuadra como unidad de organización política interna) de la geopolítica de la ocupación, el predominio del valor de uso sobre el valor de cambio de la vivienda, el tiempo de trabajo y los recursos invertidos por los residentes, la proximidad entre el trabajo de producción y de reproducción, la legitimidad de la posesión de la tierra por el uso social conferido a la tierra (y no por la propiedad). El Escritório de Integração entiende que, mediante el proceso de negociación establecido entre alumnos, profesores y moradores y una relación de confianza en constante construcción, es posible involucrar a los autoproductores en discusiones sobre otras posibilidades de urbanización. Por eso la propuesta de una asesoría técnica directa, donde se busca conciliar la experiencia de los habitantes que autoprodujeron su espacio con otras técnicas de gestión y de urbanización del territorio, que privilegia la relación directa del hombre con la naturaleza. Para ello, es necesario reconocer las prácticas socio-espaciales presentes en esos territorios.

PALABRAS-CLAVE: AUTOPRODUCCIÓN, OCUPACIÓN URBANA, LEVANTAMIENTO SOCIO-ESPACIAL

INTRODUÇÃO

Esse artigo é fruto de um seminário interno realizado em novembro de 2017 com os diversos projetos de extensão desenvolvidos no Escritório de Integração¹ (EI), quando alunos e professores apresentaram os resultados dos trabalhos e, principalmente, reflexões que as práticas extensionistas suscitaram. Essas reflexões são permeadas por três grandes objetos de ação e estudo: a autoprodução do espaço, a assessoria técnica direta e as técnicas de urbanização sustentável.

A autoprodução do espaço é o modo predominante de produção do espaço pelos grupos sociais assessorados pelo EI. A autoprodução do espaço é um fenômeno no qual o usuário de um determinado espaço é também o próprio produtor ou construtor daquele espaço. Estes usuários (usuários + produtores) atuam de forma direta e em todas as etapas da constituição do seu território - planejamento, organização, execução, manutenção, etc.

A assessoria técnica - segundo as demandas dos autoprodutores no que se refere aos processos de urbanização, neles incluídos: identificação de terrenos potenciais, estratégias socioespaciais e técnicas de transformação do território - é marcada pela tentativa de aproximação e des-hierarquização entre saberes informais e formais, orientadas à emancipação técnica e econômico-política e à desalienação e autossustentação dos processos de produção do espaço, segundo diretrizes acadêmicas propostas no Projeto Político Pedagógico (PPP) do Curso de Arquitetura e Urbanismo da PUC Minas, elaborado em 2008.

As técnicas de urbanização sustentável consideram que a cidade é uma sobreposição de três camadas (infraestrutura, mesoestrutura e superestrutura), independentes mas indissociáveis, e produto da interação do homem com um território previamente constituído que constitui ele mesmo a condição única da chamada sustentabilidade - qualquer seja sua adjetivação.

Apresenta-se neste artigo a síntese do trabalho de levantamento sócio-espacial desenvolvido pelo projeto de extensão *ASSESSORIA TÉCNICA A OCUPAÇÕES URBANAS: processos autônomos de urbanização*², - que contribuiu para a compreensão da autoprodução do espaço. O desenvolvimento deste artigo considerou os relatórios de campo das práticas extensionistas e os debates promovidos pelo grupo de estudos que buscou aprofundar as questões levantadas no Seminário. O que é o modo de autoprodução do espaço? O que é específico da autoprodução do espaço em uma ocupação urbana? O que uma assessoria técnica a autoprodutores deveria considerar?

Para o EI, a compreensão do modo de autoprodução do espaço é importante para o estudo do espaço urbano por dois motivos. Primeiro, porque é prática predominante na cidade informal, embora esteja presente na cidade formal. Mas é na cidade informal que as contradições e desigualdades do modo de produção capitalista se revelam, onde a segregação sócio-espacial se manifesta. Nos assentamentos informais a maioria da população, ao construir, toma decisões sobre o espaço mobilizando saberes tradicionais ou empíricos, sem suporte de técnicos, contando com recursos reduzidos e nenhum apoio do poder público. Segundo, o espaço informal, ainda que produto e reproduzidor de espoliações várias, e o

¹ O Escritório de Integração é o núcleo dedicado à interação entre ensino, pesquisa e extensão do curso de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, em Belo Horizonte, MG.

² Projeto de extensão financiado pela Pró-reitora de Extensão da PUC Minas e desenvolvido em 2017, com coordenação da Profa. Viviane Zerlotini da Silva.

processo mesmo de autoprodução do espaço guardam potenciais que não são reconhecidos, quando não temidos e aniquilados pelo próprio Estado. A incompletude da urbanização segundo o modelo hegemônico; o baixo consumo de recursos, incluindo a terra; a independência da indústria e da cadeia produtiva da construção civil; a constituição de práticas econômicas, associativas e construtivas outras; a autonomia: tudo isso faria do espaço autoproduzido um campo privilegiado para a investigação e a experimentação tanto de metodologias e processos de projeto, quanto de técnicas e práticas de construção.

Dessa forma, o EI tem trabalhado, desde 2002, em áreas potenciais para experimentação de processos e técnicas de urbanização e, como seu interlocutor, grupos sociais cuja condição periférica é reproduzida pelas políticas urbanas e habitacionais públicas, antecipando-se à recente perceptível aproximação entre as universidades e os movimentos sociais organizados no campo da Arquitetura e Urbanismo. No que se refere ao foco nas ocupações urbanas³, trata-se de buscar essa saída ali onde a experimentação é autorizada, requerida e, acima de tudo, urgente. Por meio de projetos de extensão, como atividade continuada, o EI esteve presente nas ocupações urbanas de Izidora – Esperança, Rosa Leão e Vitória, localizadas entre os municípios de Belo Horizonte e Santa Luzia –, ameaçadas por ação de despejo, prestando assessoria técnica direta desde 2014.

No caso do projeto de extensão desenvolvido em 2017, na Ocupação Esperança, o objetivo foi, a partir da experiências em distintos estágios de urbanização, reagir mais efetivamente à fragilidade dessas áreas – e dos grupos sociais que as ocupam – diante da dominação de um processo de urbanização econômica e politicamente perverso, socialmente excludente e ambientalmente predatório. Cabe frisar que a assessoria técnica orientou-se, principalmente, em ações que se referem aos processos de urbanização mobilizados pelo projeto junto aos assessorados, segundo suas demandas, tais como: identificação de terrenos potenciais, técnicas de transformação do território e segurança da posse.

Foi com o objetivo de aprofundar a compreensão sobre os diversos aspectos que envolvem a produção do espaço em uma ocupação urbana, que o projeto desenvolveu a metodologia de levantamento sócio-espacial. Para além da apresentação desta metodologia, o artigo deseja revelar os pontos de partida, os princípios teóricos e práticos que nos mobilizaram para desenvolvê-la, as estratégias e técnicas de coletas de dados e, finalmente, outros questionamentos que surgiram com essa experiência. A intenção é

³ A expressão “ocupação urbana” vem sendo empregada pelo Escritório de Integração para designar processo verificado em Belo Horizonte desde a passagem do século XX ao XXI, cujo marco inicial seria a Ocupação Corumbiara (1996). Nessa acepção, a expressão pode significar:

- movimentos de luta pelo direito à terra urbana;
- estratégias e táticas de luta pelo direito à terra urbana, entre as quais se incluem tanto a opção pelo termo “ocupação” ao invés do termo “invasão” quanto à ocupação mesma de um terreno (grosso modo em duas fases, a da tomada de posse e a da consolidação) e o modo de ocupá-lo (evitando-se a identificação com a favela e com o conjunto habitacional, obedecendo-se a princípios legais e/ou de preservação ambiental etc);
- a própria ocupação: o conjunto de ruas ou caminhos, barracas ou edificações. Nesse sentido, seriam ocupações: Corumbiara (1996 - regulamentada em 21/12/2009), Caracol (2006 - despejada), Camilo Torres (2008), Dandara (2009), Irmã Dorothy (2010), Zilah Sposito Helena Greco (2011), Eliana Silva (2012 - despejada), Eliana Silva II (2012), Guarani Kaiowá (2013), Rosa Leão (2013), Esperança (2013), Vitória (2013), Nelson Mandela (2014), Professor Fábio Alves (2014), William Rosa (2014), etc. Dentre essas, apenas a Ocupação Corumbiara, regulamentada, não se encontra sob risco de despejo. As ocupações Rosa Leão, Esperança e Vitória, na área conhecida como Izidora, na Região Nordeste de Belo Horizonte, encontram-se atualmente sob ameaça de despejo.

promover o debate a respeito do reconhecimento do espaço autoproduzido como um modo de produção de cidade e, em última instância, a atuação de arquitetos e urbanistas nesse espaço. Tais questões, longe de serem definitivas, são determinadas por diferentes representações dos agentes envolvidos (universidade, movimentos sociais, moradores, lideranças) sobre o mesmo fenômeno sócio-espacial: a produção do espaço pelas ocupações urbanas.

PARA COMPREENDER A AUTOPRODUÇÃO DO ESPAÇO

O que é o modo de autoprodução do espaço em uma ocupação urbana? Como ele ocorre? Quais são suas características?

Após quatro anos de trabalho nas ocupações urbanas, de 2014 a 2017, o Escritório de Integração sistematizou uma metodologia de levantamento sócio-espacial⁴ que permitisse apontar respostas para essas questões, a partir das complexidades que o fenômeno sócio-espacial - a produção do espaço pelas ocupações urbanas - nos coloca.

O modo de autoproduzir é tipicamente da esfera cotidiana, do vivido e percebido pelo indivíduo, e está presente tanto na parte da cidade que é planejada quanto na cidade que é resultado dos processos de segregação espacial. O usuário autoproduz o espaço quando confere um outro uso ao espaço planejado, não concebido previamente pelo planejador, como os comerciantes ambulantes e artistas de rua que ocupam as calçadas, desenhadas pelos técnicos especialistas para o deslocamento de transeuntes. O usuário autoproduz o espaço quando ocupa temporariamente a rua para manifestação ou reivindicação de direitos. O usuário autoproduz o espaço quando constrói sua casa em assentamentos irregulares, como em vilas, favelas, loteamentos populares e em ocupações urbanas. O levantamento sócio-espacial, desenvolvido pelo EI, refere-se especificamente ao contexto das ocupações urbanas, ou seja, a autoprodução do espaço em situação de conflito fundiário.

Embora as questões sobre o modo de autoprodução do espaço estivessem presentes nas práticas extensionistas desde o início, somente com o apaziguamento do conflito fundiário no início de 2017⁵ é que o EI reuniu as condições necessárias para a realização de um levantamento sócio-espacial. No período de conflito intenso, dentre várias urgências por assessoria técnica, uma das prioridades era a realização de um levantamento de base quantitativa, a partir da necessidade de se realizar um cadastramento das famílias que moravam nas ocupações urbanas. O número de famílias que ocupavam a região de Izidora era decisivo nas mesas de negociações.

⁴ Adotamos a grafia “sócio-espacial”, com hífen, em referência ao conceito do geógrafo Marcelo Lopes de Souza (2013) para referir a análise simultânea das relações sociais e espaciais, porque as duas têm o mesmo peso no fenômeno estudado: o modo de autoprodução do espaço.

⁵ A Assessoria Técnica a Ocupações Urbanas apresentou três fases, em função da intensidade do conflito fundiário. A primeira fase refere-se ao momento de grande violência, que termina com morte de lideranças. A segunda fase abrange a consolidação da ocupação urbana mediante a autoprodução do espaço comum e do espaço privado. A terceira fase corresponde à etapa de apaziguamento do conflito e revela-se pelo predomínio de um estilo de vida individual entre os moradores.

A mudança de prioridades ocorreu quando o atual prefeito de Belo Horizonte anunciou que desistiu de duas ações na Justiça de reintegração de posse da área e que buscava recursos para urbanizar as ocupações. Os moradores entenderam que a permanência estava garantida e que “o asfalto iria chegar”. A expectativa da urbanização acabou distanciando os moradores das articulações políticas. Em 2018, para evitar essa estagnação, os movimentos sociais retomaram as mobilizações, a partir da reivindicação da prometida urbanização.

Diante da inevitável e legítima postura individualista dos moradores em relação a provável conquista do lote urbanizado, o EI desenvolveu duas frentes de trabalho: esclarecimento das implicações⁶ que a urbanização formal irá provocar no território⁷ e levantamento de práticas sócio-espaciais das ocupações.

RELAÇÕES DE CONFIANÇA ENTRE ASSESSOR E AUTOPRODUTOR

O Escritório de Integração percebeu, nessa situação de desmobilização, a oportunidade de finalmente implantar um levantamento sócio-espacial de base qualitativa. O levantamento percorreu um longo caminho de negociação entre as partes (técnicos, lideranças e moradores), uma vez que esses agentes apresentavam diferentes representações sobre a possível urbanização das ocupações urbanas. Arquitetos e urbanistas objetivavam revelar a legitimidade do modo de autoprodução do espaço no âmbito do direito à terra. Lideranças desejavam manter os moradores mobilizados nas questões de urbanização do espaço. Moradores esperavam obter finalmente a segurança da posse mediante o lote urbanizado.

A primeira tentativa⁸ do EI de sistematizar o modo de autoprodução do espaço não obteve sucesso, pela falta de engajamento dos moradores. A partir da demanda por construção de uma Igreja na ocupação Esperança, uma das coordenações da ocupação explicou à equipe o processo de autoprodução dos espaços de uso coletivo. Segundo essa liderança, os autoprodutores se organizam mediante a mobilização (tanto interna, quanto externa à ocupação) formando redes de apoiadores da iniciativa; formação de comissões - ou equipes responsáveis, segundo suas habilidades e interesses; arrecadação de recursos econômicos e não econômicos; apuração dos recursos arrecadados; compra no comércio local do material de construção que falta; e finalmente a realização da obra por mutirão de fim de semana. Embora a figura 1 represente esquematicamente o modo de autoprodução do espaço, ele não é linear, e sim simultâneo.

As redes de apoiadores e as comissões, por exemplo, expandem e encolhem ao longo do processo, segundo o momento do conflito fundiário, as prioridades pessoais de cada envolvido no trabalho

⁶ Em trabalhos anteriores de assessoria técnica do Escritório de Integração, as comunidades afetadas pelas ações de urbanização de assentamentos precários, como o programa Vila Viva, acumulam conflitos e danos promovidos pela ação estatal marcados pela remoção excessiva, pela cassação do direito de posse, pelos erros de projeto, pelo desfavelamento sob o pretexto da recuperação ambiental e pela gentrificação decorrente do impacto no mercado imobiliário informal após as intervenções. Estudos recentes também têm demonstrado estes e outros impactos (BITTENCOURT, 2014; FERNANDES; PEREIRA, 2010).

⁷ A partir do interesse das lideranças da ocupação Esperança em ter um documento que possa ser utilizado na pressão sobre o governo municipal, que comprove a viabilidade da urbanização da área sem grandes remoções, iniciou-se um processo de concepção de propostas de consolidação urbanística da área, por meio de um Anteprojeto Urbanístico. Sob a coordenação do Escritório de Integração, esse plano é desenvolvido na disciplina de graduação do último período do curso de Arquitetura e Urbanismo, Projeto Executivo Urbano 1, dedicada ao aprendizado da elaboração de planos e projetos para urbanização de assentamentos informais.

⁸ Uma das práticas extensionistas desenvolvidas no mesmo ano pelo projeto de extensão ASSESSORIA TÉCNICA A OCUPAÇÕES URBANAS: processos autônomos de urbanização, foi a frente denominada “Igreja”, que surgiu da demanda de alguns moradores e lideranças de elaborar um projeto para a construção de uma igreja católica na ocupação.

voluntário, e da facilidade das lideranças em estabelecer novas parcerias; com implicações diretas na quantidade de recursos arrecadados e, evidentemente, no processo de construção. Como a equipe de trabalho é estabelecida ao longo do processo, em função das circunstâncias, há uma crença na iniciativa individual. “O importante é começar.” Do ponto de vista da liderança, o exemplo pessoal também é um meio de mobilizar moradores para o mutirão.

A compra de material de construção, citando outro caso de simultaneidade, ocorre através de uma espécie de “crédito” adquirido na loja de material de construção próximo à vizinhança, onde deposita-se aos poucos a verba arrecadada. Quando o grupo decide pela construção, avalia-se que material é necessário adquirir. As vantagens são não estabelecer a priori o material que será comprado, pois depende dos recursos que serão obtidos por doação ou desmanche; além de o depósito de construção guardar esse material, para liberar o espaço na obra.

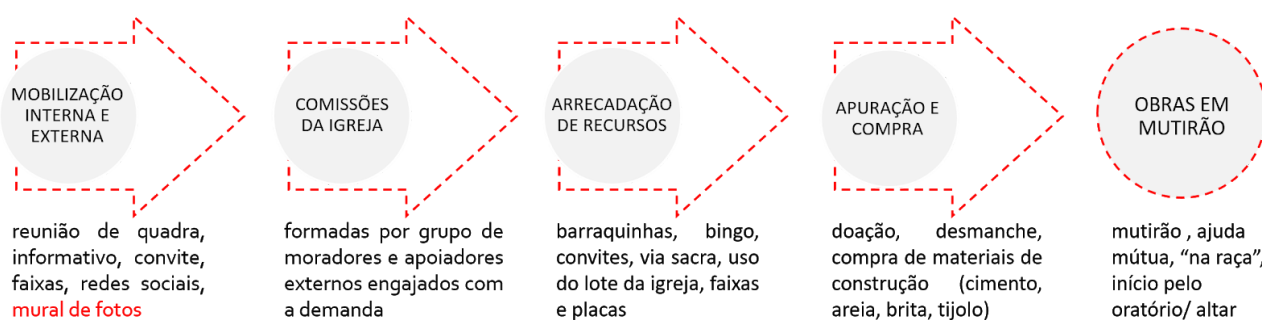


Figura 1: Diagrama elaborado pela equipe para a assessoria à construção da Igreja na Ocupação Esperança
Fonte: ESCRITÓRIO DE INTEGRAÇÃO, 2017

A equipe observou que a fala saudosista da coordenação revelava a recente dificuldade de mobilização e, resolveu então, instalar no centro comunitário um mural de fotos com a linha do tempo da ocupação, na tentativa de sensibilizar os moradores sobre a importância da organização coletiva. A ideia original de os moradores contribuírem com fotos e histórias para a linha do tempo não se realizou e, segundo as lideranças, o quadro foi retirado do local porque os moradores pegavam as fotos que lhes interessavam.

Diante dos dados obtidos, restrito ao ponto de vista das lideranças, e do não engajamento dos moradores, a nova estratégia do EI foi elaborar um levantamento sócio-espacial cujo produto fosse uma prancha técnica individualizada, desenhada aos moldes das normas técnicas da Prefeitura de Belo Horizonte, para atender às expectativas dos moradores: - Afinal de contas, arquiteto faz projetos!

Dessa vez, o ponto de partida da assessoria técnica foi a demanda individual, e não a ideia romantizada da organização coletiva pela luta da terra. A pedido da equipe, a liderança contactou os moradores mais antigos da ocupação e anunciou em assembleia que “o pessoal da PUC” iria realizar o levantamento métrico das casas para a elaboração de planta arquitetônica. Diante da promessa de entrega de uma prancha com o desenho técnico da casa no lote, o engajamento dos moradores foi total.

Não se deve atribuir o sucesso do levantamento sócio-espacial a uma manobra esperta do arquiteto astuto, ou vice-versa. Não se trata disso. O arquiteto assessor trabalha de modo a estabelecer relações de confiança com os autoprodutores, a partir das demandas deles. Se não há demanda, não há assessoria. Se não há relações de confiança, também não há assessoria. A relação de confiança foi estabelecida em

função do longo tempo de atuação do EI nas ocupações urbanas, pois os moradores já conheciam a equipe em outras oportunidades de trabalho, o que facilitou a abordagem inicial, e a fala mais espontânea dos moradores.

Desde os trabalhos iniciais, havia uma preocupação em estabelecer um “contrato social” com os autoprodutores, ao esclarecer os objetivos das práticas extensionistas, as condições de trabalho da universidade, o recurso e o tempo disponíveis para as atividades de extensão. A escuta atenta também possibilitou a construção dessa relação de confiança, ao revelar o interesse do projeto em prestar atenção na fala e história dos moradores. Demonstrar no espaço o propósito do trabalho do EI – através de aulas nas ocupações, oficinas e canteiros de obras - contribuiu para desmontar os discursos prontos dos dois lados, e estabelecer as relações sociais em bases mais concretas. O processo de construção do "contrato social" estabeleceu os termos de negociação do trabalho de assessoria. A realização do levantamento sócio-espacial foi possível pela construção prévia desse contrato social.

A COLETA DE DADOS

Ao contrário de comunidades tradicionais, a identidade dos territórios das ocupações urbanas é uma construção recente, mas a busca do acesso à terra não. Os moradores revelam trajetórias de expulsão, ao longo do tempo e espaço, de uma mesma geração familiar. A ocupação é o último recurso para garantir a sobrevivência do indivíduo e de sua família. O momento da ocupação, o enfrentamento de ameaças de despejo e as estratégias de ajuda mútua no cotidiano revelam uma organização coletiva para a resistência. De modo a reforçar, no tempo e no espaço, esses traços de organização política recente, as práticas de assessoria preveem princípios fundamentados na perspectiva de consolidação da experiência coletiva de autoprodução do espaço. Coube aos estudantes coletar a história da ocupação do ponto de vista dos moradores, com o objetivo de promover a compreensão dos valores dos moradores pelos assessores técnicos, como também o autoreconhecimento sobre o processo de autoprodução da ocupação e de suas conquistas individuais e coletivas.

A prática humana autoconsciente não pode ser almejada “a menos que [o indivíduo] participe de maneira cada vez mais ativa na determinação de todos os aspectos de sua própria vida, desde as preocupações mais imediatas até as mais amplas questões gerais de política, organização socioeconômica e cultura” (Mészáros, 2006 [1970], p. 259). As atividades de assessoria demonstram que os moradores, cientes de seu papel na produção do espaço da moradia e do bairro, engajam-se cada vez mais nos processos de decisão.

A fim de buscar falas espontâneas, e desmontar possíveis discursos prontos, evitou-se aplicar entrevistas estruturadas. A saída foi empregar a técnica de entrevista em narrativa⁹ (BAUER, 1996). Ela é realizada em quatro etapas: iniciação, narração, interrogatório e “bate-papo”. A fase de iniciação compreende a elaboração de perguntas “*exmanent questions*”, a partir do interesse do pesquisador e expressam formulações e linguagem desse último. Tais questões, as quais não são apresentadas aos informantes, servem como pontos de atenção à medida que os relatos abordam as questões de interesse do

⁹ Nos primeiros estudos sobre o método da entrevista em narrativa, ela se mostrou contundente aos nossos objetivos, pois seu princípio é o incentivo ao entrevistado em rememorar acontecimentos históricos sociais importantes em sua trajetória e, ainda que privilegie a visão subjetiva, coloca a linguagem e o conhecimento do entrevistado em destaque de importância, por meio da narração. Desenvolvida em seu caráter semiestruturado, a etapa seguinte ao estudo da aplicação deste método foi a formulação das perguntas guias da entrevista, essenciais para atingir o resultado esperado pelo grupo.

pesquisador. Na etapa de narração, o pesquisador apresenta o tema geral da pesquisa, solicita permissão para gravar e esclarece o procedimento da entrevista: contação ininterrupta da história. Nessa etapa, o pesquisador formula um tópico central, elabora perguntas *“immanent questions”*, que abrange um tema relacionado com a pesquisa, no caso *“a história da ocupação”*, de modo a abarcar todos os eventos de interesse de domínio do pesquisador e de relevância do informante. Na etapa de interrogatório, o pesquisador solicita, ao informante, o esclarecimento de dúvidas acerca da história narrada, utilizando os mesmos termos empregados pelo informante. A etapa final, *“bate-papo”*, refere-se ao momento após o entrevistador desligar o gravador, quando o informante narra de forma mais espontânea aspectos relevantes do evento.

Durante a preparação para a aplicação da entrevista em narrativa, os alunos pensaram nas perguntas *“exmanent questions”* (BAUER, 1996), segundo o interesse dos pesquisadores: aspectos tecnológicos (obtenção de materiais, técnicas construtivas, equipamentos utilizados) e sociais (organização, negociação, divisão de tarefas). Todas essas questões foram elaboradas a partir de inquietudes que surgiram durante os trabalhos de extensão, foram construídas por alunos e professores pela necessidade de compreender os aspectos tecnológicos e sociais que influenciam diretamente na nossa atuação em campo. Essas questões foram traduzidas e reelaboradas em perguntas *“immanent questions”*: (1) para compreender como foi o processo inicial da ocupação, no sentido de entender os aspectos de sua organização e a relação do entrevistado com coletivo, a pergunta foi *“Como você chegou aqui”*; (2) para aprofundar nos aspectos tecnológicos que envolvem a autoprodução do espaço, perguntou-se *“Como você construiu?”*; (3) e finalmente, para instigar o morador a pensar nas questões que envolvem a urbanização formal de assentamentos informais, a pergunta foi *“Kalil¹⁰ tá aí né? O que muda?”*. Ou seja, as perguntas *“immanent questions”* são aquelas as quais *“a atenção do entrevistador deve ser focalizada [...] fazer anotações da linguagem usada e preparar-se para perguntas adicionais no momento apropriado.”* (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2000, p.7). Considerando as questões *“exmanent questions”* já relatadas anteriormente, apresenta-se no quadro abaixo as questões *“immanent questions”* decorrentes:

Tema de interesse	Perguntas <i>“exmanent questions”</i>	Perguntas <i>“immanent questions”</i>
História	Qual a origem do autoprodutor? Como ele conseguiu o lote? O que mudou no lugar desde que ele chegou?	Como você chegou na ocupação?
Construção	Quem decidiu construir e onde? Quem construiu a casa? Como construiu? Que técnicas construtivas empregou? Quais ferramentas? Como conseguiu o material? Como o material foi transportado? Qual a lógica dos espaços da casa? Houve mudanças? Por quê?	Como você construiu?
Significado/Futuro	Como ele compreende a ocupação? Ele acha que existe um sentido de coletivo? O que significa para ele construir o próprio espaço? O que ele espera da urbanização formal?	“Kalil tá aí né? O que muda?”

Quadro 1: Relação entre perguntas emanentes e imanentes na metodologia da entrevista em narrativa
Fonte: Elaborado pelo autor, 2018

¹⁰ Alexandre Kalil (PHS), prefeito de Belo Horizonte, MG, eleito em outubro de 2016.

Para ativar a memória, e a subsequente contação de histórias que é o mote deste método, nos valemos da própria habitação, objeto arquitetônico por excelência, remontando o quadro geral sobre sua construção, os determinantes e os imponderáveis da autoprodução. Para inserir a casa como objeto do discurso dos entrevistados, optou-se pela realização do levantamento arquitetônico das moradias, nos valendo do produto deste trabalho do arquiteto como um elemento de pesquisa e de contrapartida para os moradores se apropriarem de seu potencial - de registro e de instrumento político em negociações com o Estado. A contação da história de produção do espaço pela atividade de levantamento reduz as diferenças entre teoria e prática, técnico e morador, discurso e fala espontânea, pesquisa e devolução. A ideia foi potencializar o contrato social, e as consequentes relações de confiança entre pesquisador e autoprodutor, no tempo e espaço do universo da autoprodução.

Para que todas essas etapas fossem realizadas adequadamente, contando ainda que a entrevista ocorreria concomitantemente ao levantamento arquitetônico, a equipe do projeto de extensão organizou-se em grupos e fez simulações na universidade, com um funcionário administrativo no lugar do morador. A formação do grupo contava com um aluno para entrevistar (somente falar e escutar, mantendo o contato visual constante com o morador), um aluno para registrar (anotar as respostas do entrevistado, bem como suas feições, gestos e reações subjetivas às questões levantadas), um aluno para fotografar (todo o processo da entrevista, bem como a casa, o lote e a rua), um aluno para realizar o levantamento arquitetônico. Este último era um integrante estratégico, pois um levantamento utilizando trena métrica convencional só é possível com duas pessoas no mínimo, ou seja, o aluno deveria envolver outro morador da casa (filhos, esposo (a), avós, etc.) nesse processo.

O próximo passo foi propor nomes de moradores para serem entrevistados. Foi escolhido cinco moradores que tivessem maior envolvimento com os processos de produção da Ocupação Esperança, presentes desde o princípio da ocupação ou aqueles que os próprios moradores os reconhecessem como seus representantes na vida cotidiana. O levantamento sócio-espacial foi realizado no período de outubro a novembro de 2017.

Assim, as entrevistas¹¹ iam revelando aspectos da autoprodução relevantes às nossas pesquisas:

Quando começou a construção de sua casa em alvenaria, contou com a ajuda de um pedreiro (que cobrou somente R\$ 300,00 para a construção dos dois primeiros cômodos), outros moradores [...] foi nesse processo de construção que R., trabalhando como servente de pedreiro, foi aprendendo e tendo contato pouco a pouco com os métodos de construção, quais ferramentas e como utilizá-las. R. utilizou o pouco dinheiro que tinha para comprar parte dos materiais necessários, e contou também com o auxílio mensal do Bolsa Escola de seu filho, além de sempre ter recebido ajuda em forma de doação de materiais de construção, dos próprios moradores da Ocupação e de parentes próximos. Sua madrinha ajudou com o cimento, o cunhado da madrinha doou algumas telhas, etc. [...]. Segundo R., todo o processo de idealização da casa foi espontâneo e em momento

¹¹ As entrevistas constituem o material final do projeto de extensão ACESSORIA TÉCNICA A OCUPAÇÕES URBANAS: processos autônomos de urbanização, PROEX-2017/11440-1S.

nenhum houve projeto, as “coisas” iam acontecendo naturalmente durante a obra e de acordo com as necessidades já mencionadas. (ESCRITÓRIO DE INTEGRAÇÃO, 2017).

Durante a aplicação da entrevista foi possível perceber que os temas história e construção se misturavam a medida que o morador ia contando sua narrativa, o que revelou que a autoprodução possui aspectos únicos, elementos que não aparecem no modo de produção da habitação pelo sistema hegemônico.

A entrevista iniciou-se com a pergunta chave “como você chegou aqui?”, procurando resgatar a história de vida por meio da narrativa. A entrevistada disse que morava de aluguel no bairro Nova Pampulha, região divisa com Contagem, quando soube da Ocupação através do genro. O genro cercou um lote e a convidou para ir morar lá. M., apesar do medo e de não querer “pegar as coisas dos outros” aceitou devido à dificuldade de se pagar um aluguel estando desempregada. [...] primeiro fez uma barraca de lona, que fazia muito barulho quando ventava. [...] As primeiras intervenções construtivas relatadas pela moradora foram a cama de pau a pique e palha, o “toco” para pendurar as painéis, as pedras para cozinhar e a bica para lavar roupas e vasilhas. (ESCRITÓRIO DE INTEGRAÇÃO, 2017).

A leitura dos relatórios de campo forneceu os conteúdos que caracterizam o modo de autoprodução. Para sistematizar essas informações, além da planta técnica, recorreremos a outros recursos gráficos para expressar suas características. A intenção era demonstrar para moradores e arquitetos, que porventura fossem manusear futuramente as pranchas, as particularidades da autoprodução: a proximidade entre a produção do espaço da ocupação e da casa, a necessidade da família de migrar constantemente em busca de suprir as necessidades básicas de sobrevivência, o contexto macro (eixo de expansão urbana) e micro (quadra como unidade de organização política interna) da geopolítica da ocupação, a predominância do valor de uso sobre o valor de troca da habitação, o tempo de trabalho e os recursos investidos pelos moradores, a proximidade entre o trabalho de produção e de reprodução, a legitimidade da posse da terra pelo uso social conferido à terra (e não pela propriedade).

PRODUTO PRANCHA TÉCNICA

Para cada família foi desenvolvido uma prancha técnica, com as seguintes informações: desenho técnico da planta arquitetônica e do lote para efeitos de reconhecimento da autoprodução do espaço pela prefeitura municipal (BELO HORIZONTE, 2011); desenho técnico com as atividades cotidianas desempenhadas no espaço pela família para revelar os vários usos do espaço (SANTOS, 1981); localização da ocupação no vetor de expansão norte para sugerir a relação dessa expansão e o aumento do valor da terra no mercado imobiliário (COSTA, MENDONÇA, 2008); localização moradia na quadra da ocupação para reforçar a quadra como unidade espacial de organização política; resumo da história da família na ocupação para revelar o processo de luta pelo acesso à terra; fotos da casa com seus moradores legendadas com suas frases e de autores clássicos sobre o direito à terra e à cidade (HARVEY, 2008 ; LEFEBVRE, 2001 [1968]) com a finalidade de aproximar teoria e prática, mediante o caráter universal desse fenômeno; linha do tempo da ocupação e da família para destacar a proximidade da relação entre a produção do espaço individual e do espaço comum; tabela dos meios de produção e da força de trabalho (MARX, 2010 [1859]) empregadas em

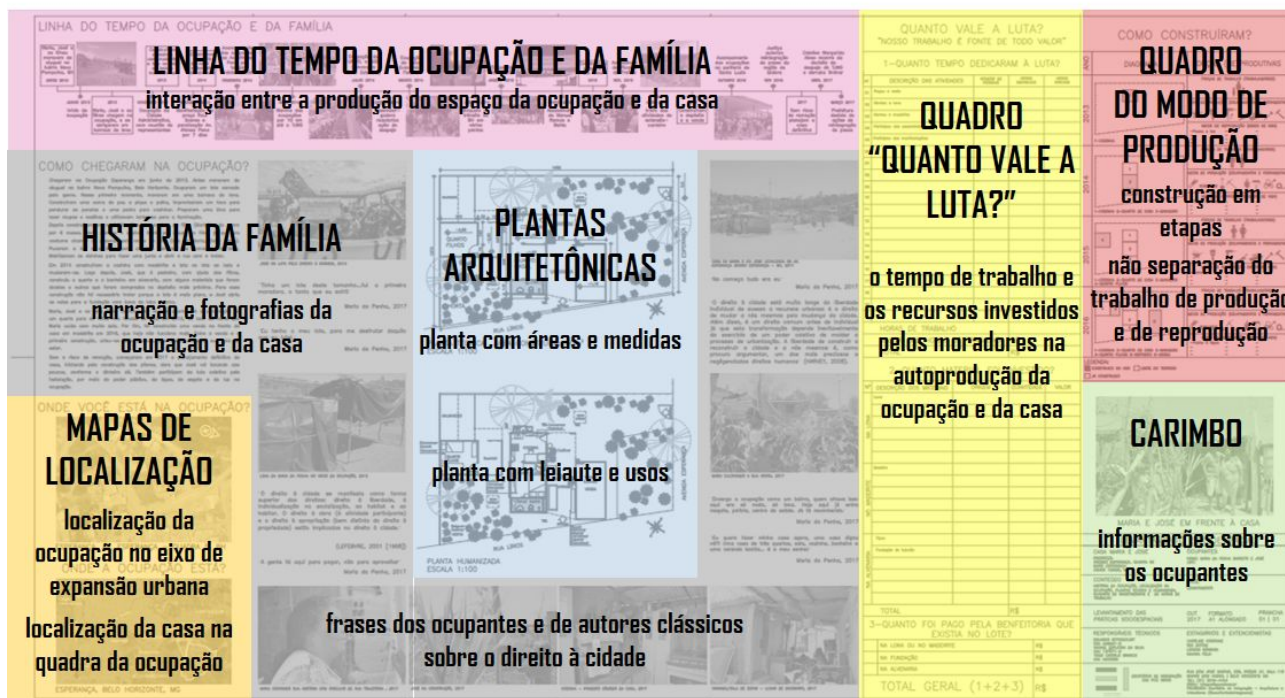


Figura 3: Diagrama com conteúdo da prancha do levantamento sócio-espacial
Fonte: Elaborado pelo autor, 2018

O desenvolvimento da prancha de levantamento, produto, entregue ao morador, contribui para refletir sobre o valor do trabalho gerado através da autoprodução do espaço. Este levantamento é entendido pelos moradores como “registro da casa” ou “documento”, muito valioso, principalmente pelas fotos e pela planta arquitetônica, elementos técnicos capazes de subsidiar à luta pelo direito à cidade e à segurança de posse da terra.



Figura 6: Moradores recebendo a prancha síntese do levantamento sócio-espacial
Fonte: ESCRITÓRIO DE INTEGRAÇÃO, 2017

O levantamento sócio-espacial, por meio da entrevista em narrativa, foi uma metodologia elaborada pelo projeto de extensão como forma de compreender o processo de ocupação e autoprodução do espaço. A planta arquitetônica é um documento valioso para os moradores, porém sua elaboração envolveu muito mais do que o próprio desenho. Foi um exercício de assessoria técnica direta a medida que inserimos informações imprescindíveis para que essas pessoas reconhecessem a importância da sua força de autonomia frente à ausência do Estado. O desenvolvimento da prancha de levantamento, produto final a ser entregue aos moradores, contribuiu para refletirmos sobre as riquezas geradas ao longo dos anos através da autoprodução do espaço. Nosso trabalho foi entendido como “registro da casa” ou “documento”, muito valioso (principalmente pelas fotos e pela planta arquitetônica), porém pouco se avançou com os moradores na reflexão dessas riquezas, expressadas em um quadro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como dito anteriormente, o compromisso da extensão universitária nesses territórios é evidentemente político. Entretanto nos colocamos também o desafio de, como técnicos, sermos responsáveis por nossas intervenções no território. A atuação em uma ocupação urbana por meio de ações no território está relacionada principalmente a mobilização dos moradores, que é instável durante o tempo em que permanecemos no local. Ainda sobre as ações no território, para avançarmos na discussão sobre as tecnologias sustentáveis de urbanização é necessário compreender o que é reconhecido pelos moradores como prioritário. Muitas vezes nossas ações não são incorporadas no cotidiano da ocupação, pois valorizamos mais a técnica do que a sua viabilidade dentro da concepção cultural dos moradores sobre o que é construir seu próprio espaço.

O avanço de questões dentro desse tema pode ser possível através da atuação em outras frentes de trabalho, adotando outras metodologias. Por isso destacamos que por meio do levantamento sócio-espacial houve um avanço considerável em relação aos anos de trabalho anteriores nas ocupações. O levantamento sócio-espacial por meio da entrevista em narrativa foi uma metodologia construída pelo projeto de extensão como forma de compreender o processo de ocupação e autoprodução do espaço. Através desta pesquisa foi possível avançar nos estudos sobre a autoprodução em ocupações urbanas, ao mesmo tempo em que se tecia um produto final de importância também para os moradores. As pranchas resultantes dos levantamentos aproximaram o conhecimento técnico, das plantas arquitetônicas e da teoria social do trabalho ou do direito à cidade, com o conhecimento tradicional e as posições políticas dos moradores, expressas nas transcrições das entrevistas, formulação da linha do tempo e quadro do valor da luta.

Parece-nos claro que a extensão apresenta um papel político, onde a universidade e os próprios técnicos contribuem para a legitimação da luta pelo direito à moradia, mas, principalmente, para busca pelo direito à cidade, através da autoprodução do espaço. Legitimar a luta pelo direito à habitação contribui na compreensão das contradições do espaço urbano e na definição de qual cidade queremos construir.

Podemos relacionar essa necessidade à importância de se dar continuidade à compreensão do que é autoprodução por meio do levantamento sócio-espacial. Esse trabalho poderá avançar em questões mais específicas às soluções empregadas pelos moradores na construção da casa e principalmente nas intervenções urbanas. Compreende-se que para quebrar a lógica hegemônica da cidade formal, onde o conhecimento técnico científico prevalece sobre o conhecimento empírico e quem vive no espaço não é responsável pela construção do mesmo – consequentemente alienando-se –, é necessário enxergar o

território geográfico enquanto espaço político, socialmente construído. Nesse sentido, o ativismo social das ocupações urbanas é explícito, a partir do momento em que os moradores, articulados enquanto grupo social que reivindica seu direito à cidade, questionam a efetividade do poder do Estado e seus próprios interesses no conflito.

Finalmente a assessoria técnica direta poderá contribuir muito à nova situação das ocupações de Izidora, onde técnicos da prefeitura e outros coletivos estão constantemente em contato para a realização de ações dentro das ocupações, seja de ordem prática (como a construção da horta) ou de planejamento urbano (água, esgoto, asfalto, etc.). A permanência do Escritório de Integração é fundamental para que não se perca esse esforço de promover a autonomia dos moradores.

O esforço da extensão universitária está em valorizar as ações desses sujeitos e trazer à luz das discussões teóricas a produção social do espaço urbano, que ocorre às margens do Estado. O trabalho de campo evidenciado nesse trabalho busca contribuir para futuras pesquisas e projetos de extensão que desejem colaborar com a produção científica sobre assessoria técnica direta aos movimentos sociais organizados em luta pelos seus direitos.

REFERÊNCIAS

BAUER, M. The narrative interview: comments on a technique of qualitative data collection, **Papers in Social Research Methods** – Qualitative Series, v. 1. London: London School of Economics, Methodology Institute, 1996. Disponível em: <<http://eprints.lse.ac.uk/2633/1/Narrativeinterviewing.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. **PORTARIA SMARU Nº 006/11**. Estabelece o padrão de representação gráfica dos projetos arquitetônicos para licenciamento e regularização de edificações. 2011. Disponível em: [file:///C:/Users/Fam%C3%ADlia/Downloads/portaria_representacao_grafica_e_padrao_de_representacao%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Fam%C3%ADlia/Downloads/portaria_representacao_grafica_e_padrao_de_representacao%20(2).pdf). Acesso em: 25/05/2018.

BITTENCOURT, E. M. R. **Contradições na Urbanização de Assentamentos Precários**: o caso da Vila Nossa Senhora de Fátima em Belo Horizonte 2014. Dissertação. (Mestrado em) - Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

COSTA, Geraldo Magela; MENDONÇA, Jupira Gomes de (Organizadores). **Planejamento urbano no Brasil: trajetória, avanços e perspectivas**. Belo Horizonte, C/Arte: 2008.

ESCRITÓRIO DE INTEGRAÇÃO. **Assessoria técnica a ocupações urbanas**: processos autônomos de urbanização. Relatório Final Projeto de Extensão: PROEX-2017/11440-1S coordenado por Viviane Zerlotini da Silva. Belo Horizonte, 2017.

FERNANDES, E.; PEREIRA, H. D. Legalização das Favelas: qual é o problema de Belo Horizonte? **Revista eletrônica Planejamento e Políticas Públicas**. n. 34, jan./jun, 2010.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin W. Narrative interviewing. London: London School of Economics, Methodology Institute. **LSE Research Online**, 2000. Disponível em: <<http://eprints.lse.ac.uk/2633/1/Narrativeinterviewing.pdf>>. Acesso em jun 2018.

HARVEY, David. The Right to the City. **New Left Review**. 53 (8): 23-40, 2008.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. 5. ed. São Paulo: Centauro. Título original: Le Droit à la Ville, 2001 [1968].

MARX, Karl. **O Capital**. Crítica da Economia Política. Livro Primeiro. O processo de produção do capital. Volume 1. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 27. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010 [1859].

MÉSZÁROS, I. **A teoria da alienação em Marx**. Tradução Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2006 [1970]. PUC MINAS – PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Pró-reitoria de Extensão. **Política de extensão universitária da PUC Minas**. Belo Horizonte, 2006.

PUC MINAS – PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Instituto de Ciências Sociais. Curso de Arquitetura e Urbanismo. **Projeto Político Pedagógico**. Belo Horizonte, 2008.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. **Movimentos urbanos no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

SOUZA, M. L. de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa Sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

ZERLOTINI DA SILVA, Viviane. **Espaços coletivos de trabalho: entre a produção e a reprodução**. 2014. Tese, doutorado – UFMG, Belo Horizonte.